66 27/08/2012

APEOESP

Acesse: www.apeoesp.org.br

URGENTE

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO Filiado à CNTE e CUT imprensa@apeoesp.org.br

APEOESP ingressa com ação judicial contra SPPREV

Em complemento ao Boletim APEOESP Urgente nº 65, sobre as deliberações da reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER), realizada em 24 de agosto, informamos que a APEOESP está ingressando com ação coletiva para que a São Paulo Previdência execute as solicitações de aposentadorias dos professores e professoras, considerando como efetivo exercício os períodos de licenças e faltas médicas. A SPPREV vem devolvendo esses pedidos de aposentadorias, por interpretar de forma incorreta a legislação federal que regula a matéria.

A APEOESP fez - e continuará fazendo - todas as gestões possíveis junto à Secretaria da Educação, SPPREV, CGRH (antigo DRHU), Procuradoria Geral do Estado, para que o posicionamento do governo fosse revisto, sem sucesso até o momento. Desta forma, não nos restou outro caminho senão a via judicial.

Quero minha vaga na creche municipal!

A reunião do CER também decidiu que a APEOESP retome a campanha "Quero minha vaga na creche municipal", pela qual cobramos dos municípios, a quem cabe a responsabilidade pela educação infantil, a ampliação das vagas em creches, tendo em vista que há pelo menos 75% de demanda não atendida na faixa etária de zero a três anos (dados nacionais).

O CER também rejeitou, como já o haviam feito a I e a II Conferências Estaduais de Mulheres, a proposta de lutarmos pelo "auxílio creche", quantia em dinheiro paga às professoras para que remunerem creches particulares. Para APEOESP, a creche pública é uma obrigação do Estado, direito das famílias e parte da educação básica, pois é uma fase que, juntamente com a pré-escola, prepara a criança a alfabetização e a continuidade dos estudos.

O CER entende que as verbas públicas devem ser destinadas às escolas públicas. Além disso, a distribuição de recursos públicos a título de "auxílio creche" poderia induzir as professoras a matricular seus filhos em creches inadequadas e que, muitas vezes, oferecem até mesmo riscos à segurança das crianças, como temos visto.

APEOESP ingressa na Justiça em defesa dos professores da "categoria O"

A APEOESP vai ingressar com ação coletiva para discutir na Justiça a precária e injusta situação dos professores da categoria O, a começar pela sua forma de contratação, como temporários, seus direitos trabalhistas e previdenciários. Nossa ação questionará de forma incisiva a imposição da "quarentena" a esses professores.

Como já dissemos em diversas oportunidades, não aceitamos que os professores, pela natureza permanente de sua atividade, sejam contratados desta forma precária e mantenham com o Estado o tipo de regime de trabalho que é imposto aos professores da chamada categoria "O".

O dado novo, neste momento, é o precedente aberto no caso da Polícia Militar, que nos inspira a agir junto ao judiciário buscando o mesmo tratamento.

Moções

A reunião do CER aprovou as seguintes moções:

- ✓ Moção de desagravo à Presidenta da APEOESP, professora Maria Izabel Azevedo Noronha, por fatos ocorridos durante a II Conferência Estadual de Mulheres da APEOESP. O texto deve ser publicado na próxima edição do Jornal da APEOESP.
- ✓ Apoio à greve dos professores das universidades federais e solicitação para que o governo federal continue as negociações
- ✓ Moção de apoio à greve dos trabalhadores das obras do PAC no Porto de Suape (PE)
- ✓ Moção de apoio à greve dos professores da Bahia.

Secretaria de Comunicações